

A Grande Reportagem Multimídia “O Golpe e a Ditadura” como um lugar de memória¹

Marina Aparecida Sad Albuquerque de CARVALHO²

Christina Ferraz MUSSE³

Cláudia de Albuquerque THOMÉ⁴

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG

Resumo

As Grandes Reportagens Multimídia (GRM), possibilitadas a partir do digital e das suas inovações tecnológicas, utilizam diversos elementos na representação dos temas: texto, áudio, vídeo, infográfico, ilustrações estáticas e iconografia. Uma das matérias que podem ser analisadas como GRM é “O Golpe e a Ditadura”, desenvolvida para o site do jornal Folha de S.Paulo em 2014. Neste artigo, vamos analisar a evolução do digital que possibilitou a GRM e descrever as características de uma matéria como essa, assim como os elementos presentes atualmente nestes tipos de produções. Em seguida, abordaremos os conceitos de memória, proposto por Pollak (1992), e de lugar de memória, definido por Nora (1993). A partir daí, analisaremos a constituição da GRM “O Golpe e a Ditadura”, os elementos que a compõe e como esses elementos estão relacionados a tais conceitos.

Palavras-chave: Digital; Grande Reportagem Multimídia; Multicódigos; Memória; Lugar de Memória.

Introdução

Se antes o jornalismo era produzido especificamente para suportes diferentes, o período atual do digital deu início a uma era da convergência, marcada pela ação conjunta entre os diversos meios, em um continuum multimídia (BARBOSA; 2013; BARBOSA, NORMANDE E ALMEIDA, 2014). Essa característica do digital, permitiu o desenvolvimento e aprimoramento da Grande Reportagem Multimídia (GRM), herdeira da grande reportagem do impresso, a qual reúne diferentes códigos

¹ Trabalho apresentado no GT – História da Mídia Digital integrante do 11º Encontro Nacional de História da Mídia.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom)/UFJF. Graduada em Comunicação, com habilitação em jornalismo, pela UFJF. E-mail: marina_sad@hotmail.com.

³ Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do PPGCom/UFJF. E-mail: cferrazmusse@gmail.com.

⁴ Doutora em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do PPGCom/UFJF. E-mail: cthomereis@gmail.com.

aliados a um texto longo, caracterizando esse jornalismo também como *Longform Journalism*.

Salaverría (2014) enumera oitos elementos mais frequentes nas narrativas multicódigos atuais: texto, fotografia, gráficos, iconografia e ilustrações estáticas, vídeo, animação digital, música e efeitos sonoros e vibração. Uma das matérias que pode ser incluída no âmbito das GRM, com a presença dos elementos citados por Salaverría, é “O Golpe e a Ditadura”, desenvolvida pela Folha de S.Paulo, em 2014, como uma forma de memória dos 50 anos do golpe militar no Brasil.

O artigo tem como objetivo detalhar os múltiplos códigos da GRM “O Golpe e a Ditadura” e discutir como esses elementos estão relacionados ao conceito de memória definidos por Michael Pollak (1992). Além disso, queremos propor a hipótese de que essa GRM também pode ser tratada como um lugar de memória conforme termo empregado por Pierre Nora (1993).

1 As matérias multicódigos

O jornalismo atual já não está fixamente ligado a um único suporte. No digital, tudo se torna número, bits, 0 ou 1. Palavras escritas, áudio, vídeo, foto, texto, todos os diferentes tipos de códigos agora podem estar reunidos em um mesmo suporte, esta grande máquina de calcular chamada computador, ou nos dispositivos móveis como smartphones e tablets. É o que Manovich (2001) denominou como representação numérica.

Para Santaella (2007), a partir daí surge uma estética digital, por meio da qual todas as estéticas tecnológicas anteriores são absorvidas e hibridizadas. O computador passa a ser o local onde todos os meios se encontram e no qual suas técnicas e estéticas se combinam para formar novas espécies sígnicas. Está posta aí uma nova estética híbrida.

Quando uma mídia é simulada no computador, propriedades e métodos de trabalho lhe são adicionadas até o ponto de transformar a identidade dessa mídia. Isso ocorre porque o software, como espécies em uma tecnologia comum – nesse caso o ambiente computacional compartilhado, uma vez liberados, começam a interagir, mutar e gerar híbridos (SANTAELLA, 2007, p. 265).

Jenkins (2009) denomina o período atual de era da convergência. Para o autor, a convergência pode ser entendida como os fluxos de conteúdos que se dissipam através de múltiplos suportes midiáticos, cooperação entre mercados midiáticos e comportamento migratório dos públicos. O termo acarretaria ainda transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais. Para o autor, muito mais do que a união de múltiplas funções dentro de um aparelho, a convergência significa uma transformação cultural, em que os consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos dispersos de mídia. Trata-se da fluidez com que o conteúdo passa por diversas plataformas e da capacidade do público de usar as redes para circular ativamente o conteúdo e desafiar os produtores de massa.

Barbosa (2013) e Barbosa, Normande e Almeida (2014) discutem que cenário atual é de ação conjunta entre os diferentes meios, conformando processos e produtos, marcado pela horizontalidade nos fluxos de produção, edição e distribuição dos conteúdos. Trata-se de um *continuum multimídia*, termo que melhor traduz o processo de convergência jornalística, garantindo uma distribuição multiplataforma/*cross media*. O *continuum*, junto do Jornalismo Digital em Base de Dados⁵, da horizontalidade do fluxo de informação e da disseminação de mídia móvel são elementos de uma quinta geração⁶ do jornalismo em redes digitais.

Por meio das bases de dados, os pesquisadores demonstram ser possível:

[...] integrar distintas plataformas, gerenciar o fluxo de informação e o conhecimento nas redações, garantir a flexibilidade combinatória e o relacionamento entre os conteúdos, agilizar a produção de conteúdos, em particular os do tipo multimídia; transmitir e gerar informação para dispositivos móveis (BARBOSA, NORMANDE e ALMEIDA 2014, p.7).

⁵ Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD) é um “modelo que tem as bases de dados como definidoras da estrutura e da organização, além da apresentação de conteúdos de natureza jornalística, de acordo com funcionalidades e características específicas, que vão permitir a criação, a manutenção, a atualização, a disponibilização e a circulação de produtos jornalísticos digitais dinâmicos” (BARBOSA, 2007, p. 28-29).

⁶ Para descrever as fases anteriores, um dos autores citados por Barbosa (2013, p. 39) é Pavlik, que “pensa as fases de evolução do jornalismo na web percebendo o momento inicial como de reprodução, o segundo com os jornalistas já utilizando recursos como o link para compor conteúdos originais e, o terceiro, como aquele momento do jornalismo contextualizado, no qual se experimenta novas formas de storytelling”. Para autora, a terceira e quarta fase estão ligadas ao jornalismo de Base de Dados (BDs).

Como reportagem modelo desta quinta geração do jornalismo, apresenta-se a matéria multimídia *Snow Fall*⁷, publicada no fim de 2012 pelo The New York Times. Já Raquel Longhi (2014) denomina tais produções como Grande Reportagem Multimídia (GRM), as quais, segundo a pesquisadora, são herdeiras da grande reportagem do impresso. Foi o momento do *Turning Point* (LONGHI, 2014) da reportagem multimídia, com o HTML5 e o design responsivo, os quais permitiram o desenvolvimento da Grande Reportagem Multimídia a partir de formas inovadoras de design, navegação e imersão do usuário.

Se com o *Flash* o produto jornalístico era disposto em uma única janela, o HTML5 inaugurou a utilização do scrolling, ou seja, a leitura mais verticalizada, com os conteúdos e interações acessados enquanto o usuário rola a página. O design utiliza todo espaço da tela, inclusive o em branco, e o texto geralmente é centralizado. Longhi (2014) explica que, normalmente, a reportagem é aberta com uma imagem em toda a largura da tela, a qual pode apresentar recursos de navegação, e, a partir daí, são disponibilizadas as demais interações.

Além disso, passa-se a utilizar textos longos, ao contrário do que era realizado nos especiais multimídia tratados a partir de *Flash*, quando o conteúdo verbal escrito era trabalhado em forma de fragmentos, dividido nas seções do produto. Utiliza-se aí o jornalismo que pode ser denominado *Longform Journalism*. Na Grande Reportagem Multimídia, o texto é apresentado em sua forma longa em conjunto com possibilidades de navegação e leitura mais imersiva, como em uma revista. É uma narrativa textual mais consistente, com padrão de leitura vertical, que responde ao questionamento sobre a qualidade diante da fragmentação dos especiais multimídia (LONGHI, 2014).

Desta forma, o *Longform Journalism* seria aquele em que ocorre um aprofundamento do relato, com narrativas mais atraentes e recursos multimídia. Outra característica deste tipo de jornalismo é sua disseminação pelos dispositivos móveis, os quais seriam aparelhos para execução de uma única atividade e, por isso, sem distrações. O termo *longform* estaria ligado não só ao aprofundamento da matéria, mas também ao tempo maior de apuração, redação e edição, estando em consonância com o

⁷ Disponível em <<http://www.nytimes.com/projects/2012/snow-fall/#/?part=tunnel-creek>>. Acesso em 27 mai 2016.

movimento *Slow Journalism*, ou seja, um jornalismo em que há tempo para se produzir conteúdo com qualidade (LONGHI; WINQUES, 2015).

Retornado à ideia inicial, Longhi (2014, p.914) conclui que:

o avanço na exploração e utilização das características do meio, aliados ao desenvolvimento das ferramentas de criação e a uma preocupação formal com o texto jornalístico, resultaram em produtos de qualidade crescente, fato atestado pela ampla repercussão da grande reportagem multimídia no jornalismo digital.

Para a autora, isso significa um amadurecimento da Grande Reportagem Multimídia e seu estabelecimento como um dos principais modelos expressivos do atual jornalismo online.

Percebemos que o digital, com as suas características apontadas por Manovich (2001), trouxe uma maior versatilidade para as produções jornalísticas na internet, ampliando o leque de opções de códigos que podem ser usados em conjunto em um processo comunicacional. Salaverría (2014) enumera oito elementos mais frequentes nas narrativas jornalísticas atuais: texto, fotografia, gráficos, iconografia e ilustrações estáticas, vídeo, animação digital, música e efeitos sonoros e vibração.

Na visão de Salaverría, o texto⁸ tem status de elemento chave, como uma espinha dorsal, que estrutura todo o conteúdo multicódigos. É ele que informa os aspectos essenciais, mas também apresenta informações complementares. Além disso, o texto fornece um conteúdo mais racional e interpretativo. Já as fotografias, atualmente, podem ser colocadas em galerias, o que permite publicar grande número de imagens. Aparecem ainda em vários tamanhos e formatos: panorâmicas, carrosséis, fotografias de geolocalização com navegação e zoom especiais.

Em relação aos gráficos, iconografia e ilustrações estáticas, Salaverría (2014) destaca que esses elementos guiam os usuários nos caminhos disponíveis para a navegação e ações possíveis. O vídeo atribui maior dinâmica às páginas e tornou-se uma nova forma de atrair o público. No computador, *tablet* ou *smartphone*, os vídeos geralmente são mais curtos e permitem ao usuário ser mais ativo, pulando partes, por exemplo. “Qualquer projeto de informação multimídia na internet está obrigado a

⁸ No contexto utilizado por Salaverría (2014), interpretamos que o texto se refere à linguagem verbal escrita, conforme proposto por Santaella (2001).

destacar este elemento” (SALAVERRÍA, 2014, p. 36). A animação digital necessita de mais tempo e trabalho para a criação e, por isso, funciona melhor em matérias mais frias, como as Grandes Reportagens Multimídia.

O discurso oral pode ser resumido como a voz *off* na narração de um vídeo ou de uma galeria de fotos, além do som das palavras de uma pessoa que está no vídeo. A música e os efeitos sonoros acrescentam emoção ao som ambiente e funcionam, ainda, como um índice do objeto representado, reafirmando a veracidade dos fatos. Por fim, as vibrações são utilizadas hoje em dia nos dispositivos móveis para avisar que uma mensagem chegou, fornecer um alerta de horário ou um erro no sistema. Apesar de praticamente não utilizado em notícias, pode ser importante no futuro para informar, por exemplo, uma alteração relevante na cotação do dólar.

Uma das matérias que pode ser incluída no âmbito das GRM, com a presença dos elementos citados por Salaverría, é “O Golpe e a Ditadura”, desenvolvida pela Folha de S.Paulo, em 2014, como uma forma de memória dos 50 anos do golpe militar no Brasil. A seguir, vamos discutir alguns conceitos relacionados à memória e fazer uma análise desta reportagem a partir desses conceitos trabalhados por Michael Pollak (1992) e Pierre Nora (1993).

2 A memória e os lugares de memória

Pollak (1992) diz que a memória está mais próxima das formas de percepção da realidade do que um fato concreto referente a essa percepção. Ele acrescenta que ela é construída coletivamente e está em constante modificação. O autor lista ainda três elementos que fazem parte da memória: os acontecimentos vividos pessoalmente ou “por tabela”, ou seja, aqueles vivenciados pelo grupo no qual a pessoa está inserida, acontecimentos dos quais o indivíduo nem participou de fato, mas que está tão presente no imaginário do grupo, que já quase não sabe se o indivíduo estava mesmo presente ou não, como uma memória herdada. Há ainda as pessoas, os personagens que conhecemos pessoalmente ou indiretamente e mesmo aqueles que viveram em outra época. Por fim, constitui a memória os lugares ligados a uma lembrança.

O autor ressalta ainda que a memória é seletiva e que, por isso, nem sempre grava todos os fatos. Ele acrescenta que a memória nacional é objeto de disputa, existindo conflitos para que sejam definidas as datas e os fatos que ficarão na memória do povo. Isso revela que a memória pode ser também uma construção. Podemos dizer ainda que “(...) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204).

Para a constituição da memória que será a nacional, ocorre um enquadramento da memória (POLLAK, 1992), em parte realizado pelos historiadores e, em parte, pela própria memória em si. Isso significa que ela mesma exerce um trabalho de manutenção, coerência, unidade e continuidade da organização sempre que está apenas relativamente constituída. Quando a memória se mostra forte o suficiente, os questionamentos externos já não têm poder para iniciar reorganizações. Segundo Pollak (1992), esses são períodos calmos, em que não existe mais preocupação com a memória e a identidade.

Esclarecidas as definições de memória conforme as ideias de Pollak (1992), podemos passar para o conceito de lugar de memória. Segundo Nora (1993), há locais de memória, pois não existem mais meios de memória. O autor defende que morreram os espaços de conservação da memória, quando ela era passada de geração em geração, como a igreja, a escola, a família e o Estado. Para ele, há uma distância entre a memória real, como as guardadas de forma intocada pelas sociedades primitivas, e a história que, segundo o autor, é o que atualmente se tem do passado. Seria apenas um vestígio, uma trilha e, se há essa distância, se a memória não é vivida diretamente, mas sofre mediação, temos apenas a história. “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (NORA, p. 9, 1993).

Assim, os lugares de memória, como os arquivos, os dicionários, as bibliotecas, os marcos históricos, as datas de comemoração são apenas restos para Nora (1993), testemunhos de uma outra época já que, agora, é apenas valorizado o novo, o

futuro em detrimento do passado. Isso porque a memória não é mais espontânea, não é mais vivida, não é natural. “(...) É o momento de lugares de memória. Não se celebra mais a nação, mas se estudam suas celebrações” (NORA, p. 14, 1993).

Diante disso, o autor defende que o que denominamos hoje memória, não é a memória verdadeira, mas história, pois não é mais imediata, aquela que está no gesto e no hábito, é social, coletiva e globalizante, mas sim indireta, psicológica, individual e subjetiva. Por isso, menos a memória é vivida interiormente e mais ela precisa de suportes externos, como os lugares de memória.

A memória que é tradição vai se perdendo e, assim, aparece a necessidade de se guardar tudo referente aos fatos acontecidos, ainda que não se saiba a que memória estes vestígios se referem. O arquivo “não é mais o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida, mas a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida” (NORA, p. 16, 1993). É como uma memória prótese, que vem do exterior e é por nós interiorizada, porque já não se vive como uma prática social.

O fim da memória-história fomentou uma busca pela memória particular, daqueles que querem ver sua própria história contada, numa jornada individualista, convertendo a memória em uma psicologia individual. Assim, menos a memória é vivida coletivamente e mais se torna particular, pessoas que fazem de si mesmas homens-memória. A memória transformou-se ainda em distância. Na história-memória o passado estava presente, influenciava nos acontecimentos do agora e, por isso, estava ancorado também no momento atual. Era como se passado e presente fossem uma continuação. Mas a memória que necessita de lugares de memória é a da distância, de rompimento, de descontinuidade. Não sabemos mais do que o passado é feito, há apenas uma suspeita. “Nossa percepção do passado é a apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer” (NORA, p. 20, 1993).

Os lugares de memória podem ser simples e ambíguos, se mais sensíveis à experiência, ou naturais e artificiais, se de elaboração mais abstrata. São lugares por serem, simultaneamente, materiais, simbólicos e funcionais. Podemos dizer que é material por seu conteúdo demográfico; funcional porque guarda a lembrança e a transmite; simbólico, pois é um acontecimento ou experiência passados por uma minoria dentro de um grupo maior. Assim, são formados pelo entrelaçamento entre

memória e história. Se não existir a intenção de memória, são apenas lugares de história (NORA, 1993). Se existir memória, permitem parar o tempo e evitar o esquecimento, questionam a própria memória e requerem outras memórias para que esteja completo, vai do individual para o coletivo.

3 “O Golpe e a ditadura” como um lugar de memória

“O Golpe e a Ditadura” é uma GRM com 16.013 palavras de texto, 439 fotografias, 44 Gráficos, iconografias e ilustrações estáticas, 39 vídeos, uma animação digital e 45 discursos orais, mas não possui músicas ou efeitos sonoros nem vibração. A reportagem é dividida em dez capítulos, sendo que os quatro últimos são destinados a complementos, como artigos, fontes de pesquisa e expediente.

No capítulo de introdução, é apresentado um mosaico de 12 vídeos de políticos da época da ditadura, militares de alta patente, sociólogos, jornalistas, historiadores e guerrilheiros que respondem, cada um segundo seu pensamento, por que Jango foi deposto em 1964. O segundo capítulo, denominado “A crise” e que discorre sobre as dificuldades passadas pelo governo Jango que levaram a sua deposição, é aberto com sequência de três fotos retratando manifestações. São acompanhadas por um áudio de um discurso em rádio, ao que parece, uma fala de Jango sobre a necessidade de reformas para que todos tenham uma terra para cultivo. Uma sequência de cinco fotos retrata os acontecimentos que antecederam a deposição. Já uma animação explica, de maneira didática, como ocorreu o início do golpe, em 31 de março de 1964, a partir de Juiz de Fora (MG), e os personagens envolvidos.

Ainda no mesmo capítulo, há vários infográficos que permitem conhecer mais detalhadamente as figuras envolvidas no golpe, as reformas de base que Jango pretendia pôr em prática, a distribuição dos partidos na Câmara de Deputados antes e após as eleições de 1962, mostrando que a oposição a Jango permanecia grande, e a avaliação do governo pela população da época. Há ainda ilustrações de TV e rádio que, se clicadas, dão acesso a vídeos e áudios de cinejornal de 1963 do governo sobre a reforma agrária, de campanha da época pela volta do presidencialismo a ser decidida em plebiscito, da notícia do governo sobre encontro de trabalhadores e Jango em 1º de maio

de 1963 e da declaração do senador Auro de Moura Andrade (PSD), presidente do Congresso, que convocou uma sessão extraordinária e declarou vaga a Presidência da República. Ao final, áudios do presidente americano da época indicam a intervenção dos EUA para o golpe e continuidade do regime militar no Brasil.

No terceiro capítulo, “A Ditadura”, é detalhada a fase específica do país comandada por governos militares. O capítulo é aberto com uma sequência de três fotos, retratando as repressões durante o regime militar. Outras sequências de imagens ilustram os acontecimentos descritos no texto principal: espancamento e prisão de militante comunista, assinatura do AI1, Juscelino Kubistchek um dia antes de sua cassação, manifestações contra o regime militar fortemente reprimidas, ataques que provocaram a morte do almirante Nelson Gomes Fernandes, do soldado Mário Kozel Filho, do capitão americano Chandler e a libertação de presos políticos após sequestro de embaixador, além da reação do governo com mais repressão.

Infográficos relembram os termos dos Atos Institucionais número 1, 2 e 5; trazem dados sobre a repressão durante toda a ditadura, disponibilizam informações sobre os institutos criados pelos militares que tiveram papel na repressão e resumem os presidentes militares que se revezaram de 1964 a 1985. Ilustrações de TV e rádio convidam a clicar e assistir notícia propagada pelo governo sobre a eleição indireta de Costa e Silva e a ouvir o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, em reunião na qual foi discutido o AI-5. Uma ilustração estática reproduz cartaz com quatro procurados pelo regime. Entre esses elementos históricos, aparecem ainda falas de um sociólogo, um historiador ex-guerrilheiro e um tenente coronel da reserva que combateu a guerrilha do Araguaia apresentando diferentes pontos de vista sobre as guerrilhas na ditadura.

A abertura do quarto capítulo, denominado “Economia”, traz uma sequência de três fotos ligadas a atividades econômicas. Mais a frente, seis imagens, retratam as obras de infraestrutura, muitas fracassadas, durante o governo militar. Os infográficos fazem um comparativo entre a evolução de renda per capita no Brasil e nos EUA de 1960 até 2010, expõem o aumento da população urbana em detrimento da rural, apresentam dados econômicos do país destacando o período da ditadura e detalham as medidas adotadas pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), o qual permitiu estabilidade econômica e o “milagre” financeiro na ditadura. Além disso, apresentam os

condutores da política econômica durante o regime, expõem a taxa de analfabetismo e anos de estudo da população com mais de 15 anos de 1960 a 2012 e apresentam o número de empresas estatais criadas durante o governo militar.

Complementam ainda o capítulo, entrevistas com dois ministros da Fazenda e do Planejamento na época da ditadura, Delfim Netto e João Paulo dos Reis Velloso. O primeiro defende que não houve milagre econômico, mas trabalho dos brasileiros para organização econômica. Acrescenta ainda que o aumento da desigualdade social não quer dizer que nem todos melhoraram. Já o último, argumenta que não houve “herança maldita” relativa à dívida externa deixada pelos militares.

O início do quinto capítulo, “A abertura”, é feito a partir de uma sequência de três fotos que retratam manifestações pelo fim da ditadura. Demais fotografias ilustram o crescimento do partido de oposição MDB, a morte de Vladimir Herzog, a cerimônia em homenagem ao jornalista e relacionam-se com a anistia, com a explosão de uma bomba no Rio Centro e o clamor para que eleições diretas ocorressem em 1985. Os infográficos apresentam o aumento do eleitorado durante a ditadura, os votos para deputado e senador durante o período, mostrando crescimento do MDB nos anos finais; o número de atentados atribuídos a grupos de direita, o mapa do Brasil com os partidos dos governadores eleitos diretamente em 1982, os políticos antigos e mais novos que se uniram para derrubar o regime militar.

Ilustração de rádio e TV, quando clicadas, dão acesso ao discurso de Geisel sobre a distensão “lenta, gradativa e segura” e reportagem da TV Cultura sobre comício pelas Diretas Já. Uma ilustração reproduz cartaz do Grupo Tortura Nunca Mais. Há também uma entrevista com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a atuação do deputado paulista Ulysses Guimarães como anticandidato e das propostas de motivar a lutar pela democracia e pela melhoria das condições de vida de vários grupos.

O sexto capítulo, “Acerto de contas”, faz referência às recentes punições sofridas por militares que atuaram em mortes, torturas e desaparecimentos na ditadura. Na abertura, uma sequência de três fotos faz alusão às mortes durante o período. Infográficos informam sobre o número de mortos e desaparecidos, presos políticos, exilados e processados por crimes políticos em uma comparação das ditaduras militares no Brasil, Chile e Argentina. Outros apontam série de ações do governo, desde 1995,

para reparar danos causados durante o regime e apresentam mais detalhadamente alguns militares e policiais que participaram da repressão.

O destaque fica por conta de um infográfico bastante interativo por onde é possível acessar nome, sexo, idade, foto e um pequeno histórico dos 356 mortos ou desaparecidos sobre os quais o governo admitiu responsabilidade entre 1995 e 2013. Além disso, uma ilustração de televisão convida a clicar e ver trecho de depoimento do Coronel Ursa para a Comissão da Verdade. Ao final, um mosaico de 12 vídeos, como no primeiro capítulo, traz entrevistas com personagens que fazem análises e contam histórias, principalmente, do início da ditadura e do pós-regime, como o título da interação sugere: “Memórias de 1964 e reflexões sobre o presente”.

Os depoimentos que fornecem motivos diversos para a deposição de Jango ou que apresentam as memórias de 1964, assim como as entrevistas com sociólogos, historiador ex-guerrilheiro, ministros e ex-presidente Fernando Henrique ao longo do capítulo podem indicar como a memória é constituída por diferentes formas de percepção da realidade, construída coletivamente, conforme já previa Pollak (1992). Por meios dessas falas, e também do depoimento do Coronel Ustra para a Comissão da Verdade, nota-se ainda que a ditadura militar, um fato de memória nacional, é disputada por essas percepções. De um lado, aqueles que sofreram e seus herdeiros ou simpatizantes consideram o período como árduo, de conflitos, mortes e desaparecimentos. Do outro, os militares e seus seguidores defendem que o período foi de progresso, de “limpeza” daqueles que não respeitavam a pátria e seus comandantes.

Apesar de a matéria tentar mostrar esses diferentes lados do regime, percebemos um enquadramento (POLLAK, 1992) das memórias. Tal visão ressalta que os malefícios do regime foram maiores do que os benefícios.

Também está presente na matéria os três elementos que constituem a memória conforme proposta de Pollak (1992). Os acontecimentos são os temas explorados com diferentes recursos em cada um dos capítulos: a crise no governo Jango, sua derrota no congresso, as manifestações contra as suas ideias e o decreto de cargo vago; a ditadura com seus atos institucionais, suas formas de resistência e a repressão a tais atitudes; o milagre econômico que não distribuiu a renda, mas só aumentou a desigualdade social; a abertura de um regime desgastado, a explicação do presidente

Geisel na rádio e os movimentos dentro da própria extrema direita contra a “distensão lenta e gradual”; por fim, os atos propostos pelo governo que tentam amenizar o sofrimento daqueles que perderam pessoas na ditadura.

Os personagens estão presentes nas figuras do presidente João Goulart, de Vladimir Herzog, nos infográficos que apresentam os envolvidos no golpe, os presidentes militares, os condutores da política econômica, os políticos antigos e mais novos que se uniram para derrubar o regime militar e os 356 mortos e desaparecidos sobre os quais o governo admitiu responsabilidade. Os lugares relacionados às memórias podem ser estabelecidos como a câmara de deputados onde foi declarada vaga a presidência de Jango, as ruas onde aconteceram manifestações, a região onde ocorreu a guerrilha do Araguaia e a prisão onde Herzog foi morto, para citar somente alguns.

A matéria pode ser considerada ainda um lugar de memória, conforme proposto por Nora (1993), na tentativa de resgatar uma lembrança esquecida, que não é passada mais por tradição, necessitando de suportes externos. É a nossa hipótese a partir do sucesso de figuras de extrema direita no Brasil, como o deputado Jair Bolsonaro, e no mundo, com a eleição do presidente Donald Trump, além da presença de grupos de brasileiros que solicitam nova intervenção militar no país. Como um lugar de memória, a matéria traz, dentro dela mesma, elementos de arquivos e marcos históricos, testemunhos de uma outra era. Há uma necessidade de se guardar tudo referente aos fatos acontecidos na ditadura militar.

Podemos considera-la ainda um lugar de memória por ser simultaneamente, material, simbólica e funcional. Como uma reportagem, ainda que digital, é algo material, pois está disponível na web, com acesso aberto a quem se interessar. É funcional na medida em que guarda as lembranças da ditadura e a transmite por meio de seus capítulos repletos de fotos, vídeos, áudios e artes que reúnem informações sobre a época. É simbólica, pois retrata uma experiência vivida por brasileiros entre as décadas de 60 e 80, dentro de um grupo maior formado por todos os cidadãos do país.

Conclusão

O digital permitiu a utilização em conjunto de códigos que antes eram apenas empregados por cada meio específico. A partir daí, a Grande Reportagem Multimídia pôde se consolidar como um novo gênero expressivo na internet. Na GRM “O golpe e a ditadura”, os múltiplos códigos destacados por Salaverría são utilizados como elementos de memória da ditadura militar. Conforme defendido, a reportagem pode ser considerada como um lugar de memória (NORA, 1993).

No entanto, ao analisa-la, supomos que esta GRM não é um lugar de memória constituída apenas pela história, mas também por memórias, conforme apontamos por meio da definição de Pollak e também por tentar evitar o esquecimento. Ao construir a matéria por meio de diferentes percepções do acontecimento, questionam a própria memória e requerem outras para completar a reportagem. Os depoimentos dos indivíduos coletados não estão apenas ligados a própria pessoa, mas referem ao coletivo, a todos aqueles que viveram no período de repressão.

No último capítulo, que mostra as atuais tentativas de amenizar o mal causado pela ditadura, vemos a presença da memória como um passado que influencia nos acontecimentos do presente. A mesma ideia está nos 12 vídeos do sexto capítulo intitulados “Memórias de 1964 e reflexões sobre o presente”. Assim, passado e presente são apresentados como uma continuação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD): um paradigma para produtos jornalísticos digitais dinâmicos**. 2007. 329 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/tese_suzana_barbosa.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2016.

_____. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. In CANAVILHAS, João (Org). **Notícias e Mobilidade: O Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis**. Covilhã: Livros Labcom, p. 33-54, 2013. Disponível em: <<http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/94>>. Acesso em 27 mai. 2016.

_____, NORMANDE, Naara, ALMEIDA, Yuri. Produção Horizontal e Narrativas Verticais: novos padrões para as narrativas jornalísticas. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 23., 2014, Belém. **Anais eletrônicos**. Belém: UFPA, 2014. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/artigo_gtjornalismo_sbarbosa_naara_yuri_2238.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2016.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: 2009, Aleph.

LONGHI, Raquel. O turning point da grande reportagem multimídia. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 897-917, setembro/dezembro, setembro/dezembro 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/18660>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

_____; WINQUES, Kérley. O lugar do longform no jornalismo online: Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 110-127, 2015. Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/693>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

MANOVICH, Lev. **The Language of New Media**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em 02 fev. 2017.

PIMENTA, Francisco. **Ambientes multicódigos, efetividade comunicacional e pensamento mutante**. São Leopoldo, Unisinos, 2016.

POLLAK, Michael. Memórias e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em 02 fev. 2017.

SALAVERRÍA, Ramón. Multimedialidade: Informar para cinco sentidos. In: CANAVILHAS, João (Org). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom. cap. 2, p. 25-52, 2014. Disponível: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20141204-201404_webjornalismo_jcanavilhas.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2016.

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens Líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007. cap. 10, p.253-283.